

EI № 1.779, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a constituição do Serviço de Inspeção Municipal e os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos que produzam produtos de origem animal e vegetal no Município de Oeiras-PI e dá outras providências;

O Prefeito Municipal de Oeiras, Estado do Piauí no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal de Qeiras aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1°- Fica instituído o Serviço de Inspeção Municipal – SIM, para a inspeção e a fiscalização sanitária dos produtos de origem animal e vegetal e seus derivados produzidos, manipulados, acondicionados e em trânsito no Município de Oeiras –PI, com os seguintes objetivos.

- Il- Promover a preservação da saúde humana e do meio ambiente e, ao mesmo tempo, que não implique obstáculo para a instalação e legalização da agroindústria rural de pequeno porte;
- II Ter o foco de atuação na qualidade sanitária dos produtos finais;
- III Promover o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação da Administração Pública, da sociedade civil, de agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnica e científica nos sistemas de inspeção.
- Art. 2º Estão sujeitos à fiscalização prevista nesta Lei.
- II os animais destinados ao abate, seus produtos, subprodutos e matérias-primas;
- Iļ- o pescado e seus derivados;
- III- o leite e seus derivados;
- IV- o ovo e seus derivados;
- 🛵 o mel, a cera de abelha e seus derivados;
- VII as hortaliças em geral, as frutas e os cereais e seus derivados.

Art. 3º - A inspeção e a fiscalização dos produtos de origem animal e vegetal no âmbito do Município de Oeiras/PI abrangerá.

Il as propriedades rurais ou fontes produtoras;

) Joseph 2

Praça das Vitórias, 37 - Centro - CEP: 64500-000 - Fone: (89) 3462-2842

CNPJ: 06.553.937/0001-70

Méirae Diaui



- Î o trânsito de produtos de origem animal e vegetal destinados à alimentação humana e/ou animal ou à industrialização;
- ÎII matadouros e frigoríficos, coibindo o abate clandestino e a respectiva comercialização;
- ÎV laticínios e usinas de beneficiamento de leite;
- V nos entrepostos que, de modo geral, recebam, manipulem, armazenem, conservem ou acondicionem produtos de origem animal ou vegetal;
- VI- restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares
- §1º Entende-se por estabelecimentos de produtos de origem animal e/ou vegetal, para os fins desta lei, qualquer instalação ou local nos quais sejam utilizadas matérias-primas ou produtos provenientes de produção animal ou vegetal, bem como quaisquer locais onde sejam tais produtos recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, embalados e rotulados, com finalidade industrial ou comercial.
- \$2° Os estabelecimentos referidos nos incisos deste artigo somente poderão funcionar se previamente registrados no órgão competente, bem como expedidos o competente alvará/licença.
- Art. 4°- A Inspeção Municipal, depois de instalada, pode ser executada de forma permanente du periódica.
- L A inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais.
- II- Nos demais estabelecimentos previstos nesta Lei a inspeção será executada de forma periódica.
- \$1° Entende-se por espécies animais de abate, os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiros ou provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.
- \$2° Os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida em normas complementares expedidos por autoridade competente da Secretaria Municipal de Agricultura, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos

envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho

de cada estabelecimento, em função da ímplementação dos programas de autocontrole.

H

A grander

Praça das Vitórias, 37 - Centro - CEP: 64500-000 - Fone: (89) 3462-2842

CNPJ: 06.553.937/0001-70

Nairae Diai



- Art. 5° A prévia inspeção e a fiscalização exercida pelo Serviço de Inspeção Municipal de Oeiras/PI será supervisionada por médico veterinário habilitado, quando se tratar de produtos de origem animal, bem como por outro profissional qualificado, quando se tratar de produtos de origem vegetal, e terá como objetivos o controle das condições higiênico-sanitárias e tecnológicas de produção, manipulação, beneficiamento, armazenamento e transporte dos produtos de origem animal, vegetal e seus derivados;
- II o controle da qualidade e as condições técnico-sanitárias dos estabelecimentos em que são produzidos, preparados, manipulados, beneficiados, acondicionados, armazenados, transportados e distribuídos os produtos de origem animal e vegetal, com finalidade industrial ou comercial;
- III a fiscalização das condições de higiene e saúde das pessoas que trabalhem nos estabelecimentos referidos no inciso antérior;
- IV a fiscalização e o controle de todo o material utilizado na manipulação, acondicionamento e embalagem dos produtos de origem animal e vegetal;
- disciplinar os padrões higiênico-sanitários e tecnológicos dos produtos de origem animal e egetal;
- VI a fiscalização e o controle do uso dos aditivos empregados na industrialização dos produtos de origem animal, vegetal e seus derivados.
- Art. 6°- O Serviço de Inspeção Municipal respeitará as especificidades dos diferentes tipos de produtos e das diferentes escalas de produção, incluindo a agroindústria rural de pequeno porte.

Parágrafo único – Entende-se por estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte o estabelecimento de propriedade de agricultores familiares, de forma individual ou coletiva, localizada no meio rural, com área útil construída não superior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), destinado exclusivamente ao processamento de produtos de origem animal ou vegetal, dispondo de instalações para abate e/ou industrialização de animais produtores de carnes, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados e rotulados a carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, o leite e seus derivados, o ovo e seus derivados, os produtos das abelhas e seus derivados, não ultrapassando as seguintes escalas de produção.

a) estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais (coelhos, rãs, aves e outros pequenos animais) — aqueles destinado ao abate e industrialização de produtos e subprodutos de pequenos animais de importância econômica, com produção máxima de 5 (cinco)

H

32-2842



toneladas de carnes por mês.

- b) estabelecimento de abate e industrialização de médios (suínos, ovinos, caprinos) e grandes animais (bovinos/ bubalinos/ equinos) aqueles destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de médios e grandes animais de importância econômica, com produção máxima de 08 (oito) toneladas de carnes por mês;
- É) Fábrica de produtos cárneos aqueles destinados à agroindustrialização de produtos e subprodutos cárneos em embutidos, defumados e salgados, com produção máxima de 5 (cinco) toneladas de carnes por mês.
- d) estabelecimento de abate e industrialização de pescado enquadram-se os estabelecimentos destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de peixes, moluscos, anfibios e crustáceos, com produção máxima de 4 (quatro) toneladas de carnes por mês.
- è) estabelecimento de ovos destinado à recepção e acondicionamento de ovos, com produção máxima de 5.000 (cinco mil) dúzias/mês.
-) Unidade de extração e beneficiamento do produtos das abelhas destinado à recepção e industrialização de produtos das abelhas, com produção máxima de 30 (trinta) toneladas por ano.
- estabelecimentos industrial de leite e derivados, enquadram-se todos os tipos de estabelecimentos de industrialização de leite e derivados previstos no presente

Regulamento destinado à recepção, pasteurização, industrialização, processamento e

elaboração de queijo, iogurte e outros derivados de leite, com processamento máximo de 30.000 (trinta mil) litros de leite por mês.

Art. 7°- Será constituído um Conselho de Inspeção Sanitária com a participação de representantes do Departamento Municipal de Vigilância Sanitária e da Secretaria Municipal de Saúde, dos agricultores e dos consumidores para aconselhar, sugerir, debater e definir assuntos ligados a execução dos serviços de inspeção e de fiscalização sanitária e sobre criação de regulamentos, normas, portarias e oútros.

Art. 8º- Será criado um sistema único de informações sobre todo o trabalho e procedimentos de inspeção e de fiscalização sanitária, gerando registros auditáveis sendo de responsabilidade da Vigilância Sanitária a alimentação e manutenção do sistema único de informações sobre a

inspeção e a fiscalização sanitária do respectivo município.

H

Sharay J

Praça das Vitórias, 37 - Centro - CEP: 64500-000 - Fone: (89) 3462-2842

CNPJ: 06.553.937/0001-70

∩airas Diaui



- Àrt. 9º- Para obter o registro no serviço de inspeção, o estabelecimento deverá apresentar o pedido instruído com os seguintes documentos.
- requerimento simples dirigido ao responsável pelo Serviço de Inspeção Municipal;
- II laudo de aprovação prévia do imóvel destinado às atividades para as quais se busca o registro em conformidade com a legislação em vigor;
- III Licença Ambiental Prévia emitida pelo Órgão Ambiental competente ou estar de acordo com a Resolução do CONAMA nº 385/2006;
- ₩ Documento da autoridade municipal e órgão de saúde pública competentes que não se opõem à instalação do estabelecimento;
- apresentação da inscrição estadual, contrato social registrado na junta comercial e cópia do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, ou CPF do produtor para empreendimentos individuais, sendo que esses documentos serão dispensados quando apresentarem documentação que comprove legalização fiscal e tributária dos estabelecimentos, próprios ou de pessoa jurídica a qual estejam vinculados;
- VI planta baixa ou croquis das instalações, com lay-out dos equipamentos e memorial descritivo simples e sucinto da obra, com destaque para a fonte e a forma de abastecimento de agua, sistema de escoamento e de trafamento do esgoto e resíduos industriais e proteção empregada contra insetos;
- VII memorial descritivo simplificado dos procedimentos e padrão de higiene a serem adotados;
- VIII boletim oficial de exame da água de abastecimento, caso não disponha de água tratada, dujas características devem se enquadrar nos padrões microbiológicos e químicos oficiais.
- 🐒 Os estabelecimentos que se enquadram na Resolução do CONAMA nº 385/2006 são dispensados de apresentar a Licença Ambiental Prévia, sendo que no momento de iniciar suas ațividades devem apresentar somente a Licença Ambiental Única;
- §2º Tratando-se de agroindústria rural de pequeno porte, as plantas poderão ser substituídas por croquis a serem elaborados por Engenheiro Responsável ou Técnicos dos Serviços de Extensão Rural do Estado ou do Municipio.
- §5º Tratando-se de aprovação de estabelecimento já edificado, será realizada uma inspeção. prévia das dependências industriais e sociais, bem como da água de abastecimento, redes de esgoto, tratamento de efluentes e situação em relação ao terreno.

Praça das Vitórias, 37 - Centro - CEP: 64500-000 - Fone: (89) 3462-2842

CNPJ: 06.553.937/0001-70



Årt. 10 – O estabelecimento poderá trabalhar com mais de um tipo de atividade, devendo, para isso, prever os equipamentos de acordo com a necessidade para tal e, no caso de empregar a nesma linha de processamento, deverá ser concluída uma atividade para depois iniciar a outra.

Parágrafo único - O Serviço de Inspeção Municipal pode permitir a utilização dos equipamentos e instalações destinados à fabricação de produtos de origem animal, para o preparo de produtos industrializados que, em sua composição principal, não haja produtos de drigem animal, mas estes produtos não podem constar impressos ou gravados, os carimbos óficiais de inspeção previstos neste Regulamento, estando os mesmos sob responsabilidade do órgão competente.

Art. 11 - A embalagem dos produtos de origem animal deverá obedecer às condições de higiene necessárias à boa conservação do produto, sem colocar em risco a saúde do çonsumidor, obedecendo às normas estipuladas em legislação pertinente.

rarágrafo único- Quando a granel, os produtos serão expostos ao consumo acompanhados de folhetos ou cartazes de forma bem visível, contendo informações previstas no caput deste artigo.

Art. 12 - Os produtos deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para à preservação de sua sanidade e inocuidade.

Art. 13 – A matéria-prima, os animais, os produtos, os sub-produtos e os insumos deverão seguir padrões de sanidade definidos em regulamento e portarias específicas.

Art. 14 - Serão editadas normas específicas para venda direta de produtos em pequenas quantidades, conforme previsto no Decreto Federal nº 7.541/2006.

Årt. 15 - Os recursos financeiros necesŝários à implementação da presente Lei e do Serviço de nspeção Municipal, serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria Municipal de Agricultura, constantes no Orçamento do Município de Oeiras/PI.

Art. 16 - Os casos omissos ou dúvidas que surgirem na execução da presente Lei, bem como a ua regulamentação, serão resolvidos através de Resoluções e Decretos baixados pelo Poder executivo, após deliberação conjunta com o Conselho de Inspeção Sanitária.



Årt. 17 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitură Municipal de Oeiras/PI, 25 de Junho de 2014.

LUKANO ARAŬJO COSTA DOS REIS SÁ

Frefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

José Raimundo de Sá Lopes

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Numerada, registrada e publicada a presente Lei, no Mural da Prefeitura Municipal de Oeiras, aos vinte e cinco de junho de dois mil e quatorze.

Raimundo Nonato Cassiano

Chefe de Gabinete



Ano XII • Teresina (PI) - Quinta-Fèira, 26 de Junho de 2014 • Edição MMDCXXI.





PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO Rue Manoel Vitório de Sousa, 500 - Centro CEP: 64.368-000 - Novo Bento Antônio - Plaul CNPJ: 61.612.598/0001-32

GABINETE DO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

POR PRAZO DETERMINADO

Territo de Rescisão Contratual da Prestação da Serviços. forms que especifica e dá outras providências.

Pelo presente instrumento de RESCISÃO do Contrato de Prestação de Serviços por Prazo Determinado que MUNICIPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO, pessea jurídica de direito público interno, inscrito sab o CNPJ nº 01.612.598/0001-82, com sede na Rus Mancel Vitório de Sousa, nº 500, Çentro, Novo Santo Antônio- Piani, doravante denominado simplesmento PREITITURA, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Edgar Geraldo de Alchear Bona Atlanada, RESCIÑDE UNILATERALMENTE o Contrato de Prestação de Serviços por Prazo Determinado fiminado com João Paulo Rodrigues Lopes, brasileiro, Auxiliar Administrativo, CPF nº 070.567.253-09, residente e domicitiado na cidade de Novo Santo Antonio -- PL por razões de interesse público, nos termos e condições da cláusula oltava do Contrato de Prestação de Servicos por Pražo Determinado junto à Agência dos Correlos, assegurando à contratada o recebimento de quaisquer de seus créditos adquiridos pelos serviços efetivamente prestados. aid a presente dala.

Em decorrencia da presente RESCISÃO fica determinado o encaminhamento da incum ao Departamento de Contribilidade do Municipio, para os fins de registros e outros de mister, apos a anulação dos saldos remanescenies do empenho do Termo do Contrato, que ora se desfaz com a presente KESCISÃO.

ando justo e distratado, assinam as partes o presente termo em 02 (duna) vias de ikuaj teor e rma, juniamente com 02 (duas) testemunhas.

Gerakio da Ale

NovoSanto Antonio

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ÂNTÔNIO Rua Manoel Vitório de Sousa, 500 - Centro CEP: 61.385-000 - Novo Santo Amônio - Plaut CNPJ: 01.612.5600001-32

Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio (PI), 02 de Junho de 2014.

GABINETE DO REFEITO

Termo de rescisão de contrato de prestação de serviço

POR PRAZO DETERMINADO

Termo de Rescisão Contratuel da Prestação de Serviços, na forma que especifica e dá outras providencias".

Pelo presente initromento de RESCISÃO do Contreto de Prestação do Servicos Determinado que MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO, pessos jurídica de direijo público interno, inscrito sob o CNPJ 11º 01.612.598/0001-52, com sede na Rua Manoel Vitório de Sousa, nº 500, Çentro, Novo Santo Antônio- Pimi, doravante denominado simplesmente PREFETURA, nesse ato representado pelo Prefeito Municipal, Edgar Geraldo da Alencar Bona Aliranda, RESCINDE UNILATERALMENTE o Contrato de Prestação de Serviços por Prazo terminado firiĝado com Rubera Rafad Machado da Silva, brasileiro. Agente Cominitário de ude. RG nº 3.965.678 SSP-PL e CPF nº 066.449.403-07, residente e domiciliado na Rua Conselheiro João de Deus s/n. Centro, na cidade de Novo Santo Antonio - Pi por pazões de interesse público nos termos o condições da clausula oilava do Contrato de Pre-Serviços por Prazo Determinado junto à Secretaria Municipal de Saúde, assegurando à contratada o recebimento de quaisquez de seus créditos adquiridos pelos serviços efetivamente prestados, até a presente data.

En decorrència da presente RESCISÃO fica determinado o encaminhamento da mesma ao Departamento de Contabilidade do Atunicípio, para os fins de registros o outros de mister, npós a anulação dos saldos remanescentes do empenho do Termo de Contrato, que ora se desfaz com a presente RESCISÃO.

Estando justo e distratado, assinam as partes o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forms, juntaments com O2 (duss) testemunhas.

Prefeitura Municipal de Novo Santo Antonio (PI). O2 de Junho de 2014.

Geraldo de Alemear Bona Miranda Prefello Municipal

CPF nº

PORTARIA Nº 021, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE OEIRAS-PI. Lukano Aradio Costa dos Reis Sá, no uso de suos stribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

PESOLVE:

Art. 1 - Nomear o Senhor Reinaldo Ferreira da Silva, para o cargo de Responsável Técnico da Secretaria Municipal de Saúde, no Município de Oeiras-PI.

Art. 2 – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos à 01 de Junho de 2014, revogando-se as disposições em contrário.

Leia-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ociras-PL 24 de Junho de 2014.

aŭio Costa dos Reis Sá to Municipal



LEI Nº 1,779, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Dispõe sobre a constituição do Servico do Inspeção Municipal e os procedimentos de ÇÃO samitária con estabelecimentos produzem produtos do origem animal e vegetal no Municipio de Ociras- Pi e da outras providências;

O Prefeito Municipal do Ogiras, Estado do Pisui no uso de suas atribuições locals.

ço saber que a Camara Municipal de Ociras aprovou e ou sanciono a seguinte Lei.

Art. 1°. Fica instituido o Serviço de Inspeção Municipal - SIM, para a inspeção e a fiscalização santiário dos produtos de origem animal e vegetal e seus derivados produzidos, munipulados acondicionados e em tránsito no Municipio do Oeiras -Fl. com os sessitutos obtetivos

tover a preservação da saúde humana e do meio ambiento o, ao mesmo tempo, que não implique obstáculo para a instalação e legalização de agreindústria rural de pequeno p

Ter o foco de stuação na qualidade sanitária dos produtos finais;

educativo parmanente e continuado para todos os atores produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assesurando a máxima participação da Administração Pública, da sociodado civil, de agroindustrias, dos consumidores e das unidades técnica o cientifica nos sistemas da inspecto.

Art. 2º-- Estão sujeitos à fisosiização prevista nesta Lei.

l - os animais desituados ao abair, seus produtos, subprodutos e matérias-primas:

li- o posesdo e seus derivados, III- o lelte e seus derivados:

IV- o ovo o sous derivados:

V~ o mei, a cera de abellus e seus derivados:

VI - as hortalicas em geral, as frutas e os cereais e seus derivados.

Art. 5º - A inspeção e a fiscalização dos produtos de origem animal e vegetal no ambito de Municipio de Ociras/Pi abrançará.

1 - as propriedades rurais ou fontes produtoras.

(Continua na próxima página)

www. diarioficialdosmunicipios.org A divulgação virtual dos atos municipais



II - o transito do [†]produtos do origem animal o vegetal destinados à alimentação humana e/os salmal ou à industrialização;

lli – maiadouros 🖟 irigorificos, colbindo o abute clandestino e a respectiva comercialização;

IV - inticinios e usinas de beneficiamento de leite,

 Y - nos entrepoştos que, de modo goral, recebem, manipulem, armazenem, conservem ou acondicionem produtos de origem animal ou vegetal;

VI- restaurantes, padarias, pizzarias, baros e alinifares

§1º Entende-so per estabelecimentos de produtos de origem enimal e/ou vegetal, para os fins desta lei, queiquer instalação ou local nos quais sejam utilizadas matérias-primas ou produtos provententes de produção entimal ou vegetal, bem como quaisquer locais onde sejam tata produtos recebiços, numipulados, elaborados, transformados, preparados, como entratidados productos describados entimalados e rotulados, com finalidade industrial ou comercial.

§2º Os estabelecimentos referidas nos incisos desta artigo somente poderão funcionar se previamente registrados no órgão competente, bem como expedidos o competente alvantilizance.

Art. 4°. A inspeção Municipal, depois do inviniada, pode ser executado de forma pormanente ou periódica.

A inspeção de ver executada obrigatoriamento do forma permanente nos estabelocimentos tranto o abaio das diferentes espécies animais.

R.- Nos demais estabelecimentos provistos nesta Loi a inspeção será executado do forma periódica.

§1º Entendo-se por especies animais de abate, os animais domásticos de produção, silvestres e exóticos criados cm cativolros ou provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.

\$2º Os estabelectmentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelectida em normas complementares expedidos por autoridade competente da Secretaria Municipal de Agricultura, considerando o risco dos diferentes produtos o processos produtivos

envolvidos, o resultado da avaltação dos controles dos processos do produção o do desempenty

de cada estebelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrola.

Art. 8° - A prévia inspeção e a fiscalização exercida polo Serviço de Inspeção Municipal de Ocirus/FI sorá supervisionada por médico veterinário habilitado, quando se tratar de produtos de origem animal, bem como por outro profissional qualificado, quando se tratar de produtos de origem vegetal, e terá como objetivos.

I - o controlo das condições higiênico-sanitárias e tecnológicas de produção, manipulação,

 I - o controlo dal condições higiênico-sanitárias e tecnológicas de produção, manipulação, beneficiamento, afmazonamento e transporte dos produtos do origem ánimal, vagetal e seus derivados;

II - o controle da qualidado e as condições técnico-sanitárias dos estabelecimentos em que são produtsticos, preparados, manipulados, bereficiados, acondicionados, armeterados, temperados e difinibuldos os produtos de origem animal o vegotal, com finalidade industrial ou comercial;

 III – n fiscalização des condições de higiene e anúde das pessoas que trabalhem nos estabelecimentos referidos no inciso anterior;

V - a fiscalização e o controlo do todo o material utilizado na manipulação, acondicionamento mbalagem dos produtos de origem animal e vegetal;

disciplinar os padrões higiênico-sanitários e tecnológicos dos produtos de origem animal e vegetal;

vegenta.

VI - a fiscalização e o controle do uso dos aditivos empregados na industrialização dos
produtos do origem animal, vegetal o seus derivados.

Art. 6º- O Serviço de Inspeção Municipal respeitura as especificidades dos diferentes tipos de produces e das diferentes escalas de produção, incluindo a agroindústria rurai de pequeno

Parigrafo único - Entende-se por estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte o estabelecimento de propriedade de agricultores familiares, de forma individual ou coletiva, localizada no melo nural, com área útil construida não superior a 200m² (duzantos e cinquenta metros quadrados), destinado exclusivamente ao processamento de produtos de origom antimal ou regetal, dispondo de instalações para abste e/ou industrialização de grinulas produtores de carque, bem como onde são rocebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, nacondicionados, embalados e rotulados a carne e seus derivados, o pescado e sous derivados, o beite o seus derivados, o como e seus derivados, os produtos das abelitas e seus derivados, não ultrapassando as seguintas oscalas de producido.

a) estabelecimento do abate e industrialização do pequenos animais (coelhos, ras, aves e outros pequenos animais — aqueles destinado ao abate e industrialização da produtos e subprodutos do pequenos animais de importância econômica, com produção máxima de 8 (cinco)

toneladas de carnes por mês

 b) estabelecimento de abate e industrialização da médios (suinos, ovinos, caprinos) e grandes animais (bovinos) bubalinos) equinos) -- aqueles destinados ao abate e/ou industrialização do produtos e subprodutos do médios e grandes animais de importância econômica, com produção máxima de O8 (olto) toneladas de carnes por mês;

c) Fábrica de produtos cárneos — aqueles destinados à agroindustrialização de produtos e subprodutos cárneos em embutidos, defumados e salgados, com produção máxima de 5 (cinco) louciadas de carnes por mês.

d) estabelecimento de abate e industrialização de pescado -- enquadram-se os estabelecimentos
destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de peixes, moluscos,
antiblos o crustáceos, com produção máxima de 4 (quatro) toneladas de carnes por rufes.

 e) estabelectmento de ovos - destinado à recepção e acondicionamento de ovos, com produção máxima de 5.000 (cinco mil) dúziss/mês.

f) Unidade de extração e beneficiamento do produtos das abelhas - destinado à recepção e industrialização de produtos das abelhas, com produção máxima do 30 (trinta) toneladas por tro.

g) estabolecimentos industrial de leite e derivados, enquadram-se todos os tipos de estabolecimentos de industrialização de telte e derivados previstos no presente

Regulamento destinado à recepção, pasteurização, industrialização, processamento o

ciaboração de queljo, iogurte e outros derivados de leite, com processamento máximo de 30,000 (trinta mil) litros de leite por mês.

Art. 7º- Será constituido um Consolho de Inspeção Sanitária com a participação de representantes do Departamento Municipal do Vigilância Sanitária e da Secretaria Municipal do Sande, dos agricultores e dos consumidores para aconselhar, sugerir, debater e definir assuntos ligados a execução dos serviços de Inspeção e de fiscalização sanitária e sobre criação de regulamentos, normas, portarias e outros.

Arí. 8º- Será eriado um sistema único de informações sobre todo o trabalho e procedimentos de inspeção e de fiscalização sanitária, gerando registros auditáveis sendo de responsabilidade da Vigilância Sanitária a alimenteção e manutenção do sistema único de informações sobre a /

inspeção e a fiscalização sanitária do respectivo municipio.

Art. 9°. Para obier o registro no serviço de inspeção, o estabelecimento deverá apresentar o podido instruido com os seguintes documentos.

I - requerimento simples dirigido so responsável pelo Serviço de Inspecão Municipal;

II - laudo do aprovação prévia do imóvel destinado às atividades para as quais so busca o registro em conformidade com a legislação em vigor;

 III - Licença Ambiental Pròvia amitida pelo Órgão Ambiental compotento ou astar de acordo com a Resolução do CONAMA nº 385/2006;

 IV - Documento de suteridade municipal e órgão de máde pública competentes que não se opõem à instalação do estabelectimento;

Y - apresentação da inscrição estadual, contrato sucial registrado na junta comercial e cópia do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNFJ, on CPF do produtur para empreendimentos individuais, sendo que esses documentos serão dispensados quando apresentarem documentação que comprove legalização fiscal e tributária dos estabelecimentos, próprios ou de pessoa jurídica a qual estejam vinculados;

VI - planta balxa ou croquis des instalações, com lay-out dos equipamentos e memorial descritivo simples a sucinto da obra, com destaque para a fonta e a forma de abastecimento de água, alstema de escoamento e de tratamento do esgote e residuos industriais e proteção empregada contra insetos;

VII - memorial descritivo simplificado dos procedimentos e padrão do higieno a serem

VIII - bojetim oficial de exame da água do abastecimento, caso não disponha do água tratada, cujas características devem se enquadrar nos padrões microbiológicos e quindos oficials.

§1º Os estabelecimentos que se enquadram na Resolução do CONAMA nº 385/2006 são dispensados do apresentar a Licença Ambientai Prévia, sendo que no memento de iniciur suas atividades devem apresentar somento a Licença Ambiental Única;

\$2º Tratando-se de agroindústria rural de pequeno porte, as plantas poderão ser substituidas por croquis a serem elaborados por Erganheiro Responsável ou Técnicos dos Serviços de Extensio Rural do Estado ou do Município.

§3º Tratando-se de aprovação do estabelecimento já edificado, será realizada uma inspeção prévia das dependências industriais e sociais, bem como de água de abasteolmento, redes de esgoto, tratamento de effuentes e situação em relação ao terreno.

(Continua na próxima página)

Diário Oficial dos Municípios A prova documental dos atos municipais





Art. 10 - O estabelecimento poderá trabalhar com mais de um tipo de atividade, devendo, para

isso, prever os equipamentos do acordo com a necessidade para tal e, no caso de empregar a

mesma linha de processamento, deverá ser concluida uma atividade para depois iniciar a outra.

Parágrafo único de O Serviço de Inspeção Municipal pode permitir a utilização dos equipamentos e instalações destinados à fabricação de produtos de origem animal? para o preparo de produtos industrializados que, em sua composição principal, não haja produtos de origem animal, más estes produtos não podem constar impressos ou gravados, os carimbos oficials de inspeção previstos neste Regulamento, estando os mesmos sob responsabilidade do órgão competente.

Art. 11 - A embajagem dos produtos de origem animal deverá obedecer às condições de higiene necessárias à boa conservação do produto, sem colocar em risco a saude de consumidor, obedecendo às normas estipuladas em legislação pertinente.

Parágrafo único- Quando a granel, es produtos serão expostos so consumo acompaniados do folhetos ou cartazes de forma bem visível, contendo informações previstas no capiat deste artigo.

21. 12 - Os produtos deverilo ser transportados e armazenados em condições adequadas para a preservação de súa sanidade e inoculdade.

Art. 13 — A matéria-prima, os animais, os produtos, os sub-produtos e os insumos deverão seguir padrões de sanidade definidos em regulamento e portarias específicas.

Art. 14 – Serão editadas normas específicas para venda direta do produtos em pequenas quantidades conforme previsto no Decreto Federal nº 7.541/2006.

Art. 19 - Os recursos financeiros necessários à implementação da presente Lei e do Selviço de Inspeção Municipal, serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria Municipal de Agricultura, constantes no Orçamento do Municipio de Ociras/Pl.

Art. 16 - Os casos britisos ou dúvidas que surgirem na execução da presente Lei, bem como a sua regulamentação, serão resolvidos através do Kesotuções o Decretos baixados pelo Poder Executivo, após defiberação conjunta com o Conselho de Inspeção Sanitária.

Art. 17 — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrado.

abinete da Prefeitura Municipal de Ociras/PI, 25 de Junho de 2014:

LUKANO ARAUJO COSTA DOS REIS SA

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

José Raimundo de Sá Lopea

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Numerada, registrada e publicada a presente Lel, no Mural da Prefeituya Municipal de Oeira; aos vinto e cinco de junho de dois mil e quatorze.

Raimundo Nonato Cassiano
Chefe de Gabineje



LEI Nº 1.780, DE 25 DE JUNHO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a altenar por intermédio da certame licitatório, modalidade Lellão Público, bens móveis inservíveis da Prefeitura Municipal de Octras, conforme disposto na Lei Orgânica do Município e demais diplomas legais aplicáveis.

O Prefeito Municipal de Ociras, Estado do Piaul no uso de suas atribuições legais.

Faço saber que a Câmara Municipal de Oeiras aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar por intermédio de certame licitatório modalidade leilão público os bens inserviveis (ociosos, amisconômicos e irrecuperáveis), indicados nesta lei, pertencentes ao Município do Ociras-PI.

Parágrafo Único - Os bens de que trata esta lei, estilo descritos no Anexo I, parte integrante.

Art. 2º- Fica o Município de Ociras-PI, autorizado a nomear um Leilociro Público Oficial do Estado do Piaul, para especificamento proceder a alienação pretendida.

Art. 3º- O Leiloeiro Público Oficial do Estado do Plaur nomeado pela Prefeitura assumirá todos os custos com o processo licitatório, não gerando nenhum ônus para o Município de Ociras, ficando os seus honorários a cargo dos compradores dos bens.

Art. 4º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas em disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Oeiras-Pl, 25 de Junho de 2014.

JUOGOPPO OÈ /O (/S a Lukano Araújo Costa dos Reis Sá Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

José Raimundo de Sá Lopes
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Numerada, registrada e publicada a presente Lei, no Mural da Prefeitura Municipal de Ociras, aos vinte e cinco de junho de dois mil e quatorze.

Rafmundo Nonato Cassiano
Chefe de Gablinete

www. diarioficialdosmunicipios.org A divulgação virtual dos atos municipais



LEI Nº 1.777, DE 29 DE MAIO DE 2014.

Dispõe acerca da concessão de ajuda de custo para aquisição de filtro solar aos ocupantes do cargo de Agente de Combate às Endemias do Município de Oeiras e dá outras providências.

O; Prefeito Municipal de Oeiras, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal de Oeiras aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1°- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder ajuda de custo mensal para aquisição de filtro solar aos ocupantes do cargo de Agente de Combate às Endemias do Município de Oeiras-PI, desde que em exercício pleno de suas atividades.

Parágrafo Único. O protetor solar o que se refere o caput deste artigo, fará parte dos EPIs (Équipamento de Proteção Individual) fornecidos pelo Município de Oeiras- PI aos Agentes de Combate às Endemias.

Art. 2º- A ajuda de custo a que se refere o artigo 1º desta Lei será concedida no valor de R\$ 24,50 (vinte e quatro reais e cinqüenta centavos) aos ocupantes do cargo de Agente de Combate às Endemias do Município de Oeiras-PI.

§ 1º Em todos os casos, a ajuda de custo será concedida desde que cumpridos os requisitos de assiduidade e de produtividade, a saber:

a) Entende-se por assiduidade, para efeito da ajuda de custo, a ausência de faltas, justificadas ou não, no período de apuração de frequência para fins de folha de pagamento, bem como, o cumprimento fiel do horário estabelecido de trabalho;

b) Entende-se por produtividade, para efeito da ajuda de custo, o cumprimento mensal das metas estabelecidas pelos responsáveis, para cada servidor.

§ 2º O valor da ajuda de custo paga com base nesta Lei, não se incorporará à remuneração dos ocupantes do cargo de Agente de Combate às Endemias contemplados, e nem poderá ser utilizado como base de cálculo de quaisquer parcelas.

Art. 3°- A ajuda de custo, a que se refere o artigo 1° desta Lei, não contemplará os ocupantes do cargo de Agente de Combate às Endemias em gozo de férias ou em licença de qualquer natureza ou remanejado da função.

Art. 4°- Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover a correção anual, pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor) do valor concedido a título de ajuda de custo para aquisição de filtro solar, quando houver reajuste dos demais servidores.

- Brown of



ester - Fra

- Art. 5°- O pagamento será feito tomando por base relatório emitido pelos Supervisores das equipes com a anuência do (a) Secretário (a) Municipal de Saúde.
- Art. 6°- A ajuda de custo de que trata o artigo 1° desta Lei, em relação aos Agentes de Combate às Endemias, cessará de imediato, em caso de interrupção do repasse dos incentivos financeiros pelo Governo Federal.
- Art. 7°- As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta do repasse do incentivo financeiro do Ministério da Saúde para custeio à implantação de Agentes de Combate às Endemias.
- Art. 8°- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos para o dia 01 de janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Oeiras-PI, 29 de Maio de 2014.

Lukano Araújo Costa dos Reis Sá

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

José Raimundo de Sá Lopes

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Numerada, registrada e publicada a presente Lei, no Mural da Prefeitura Municipal de Oeiras, aos vinte e nove de maio de dois mil e quatorze.

Raimundo Nonato Cassiano

Chefe de Gabinete

CNPJ: 06:553.937/0001-70

. 1, 🖏

Ano XII • Teresina (PI) - Sexta-Feira, 30 de Maio de 2014 • Edição MMDGIII





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONSENHOR GIL - PI

Rus José Norombs, 75 - Centro. CEP: 64450-000 - CNPJ 06.554.877/0001-00 Tel: (86) 3258-1166

distratô unilateral de contrato de prestação de serviços

DISTRATO DE SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DE UM CINE TEATRO, QUE ENTRE SI FIEMAM O MUÑICÍPIO DE MONSENHOR GIL E A EMPRESA CONSTRUTORA CERES LTDA, REFERENTE A TOMADA DE PREÇO 808/203, NA FORMA ABAIXO.

O MUNICÍPIO DE MONSENHOR GIL, ESTADO DO PIAUÍ, Pessoa Juridios de Direito Público Interno CNTI Nº 05.554.377;0001-0001.612.598;0001-32, com sodo na Rua Manuel Vitário de Rouse, 500 - Centro, Ménuscahor Cili (PD), nesto ato representado pelo Excelentissimo Senhor Prefeito Municípal - 8r. FRANCISCO PESSOA DA SILVA, com buse no art. 79, Inciso 1, combinado com di Incisius i a V x XII do art. 38 da Lei 8.66493, DECIDE RESCINDIR UNILATERALMENTE o Contrisio Administrativo 5 Tomoda de Preços nº 009/2013, firmado em 30 do outribro de 2013 e a todos os tarmos delo decorrente, pelebrado com a EMPRESA CONSTRUTORA CERES LTDA., insertia sob o CNPJ Nº 08.691.686/0001-16, cujo objecto em construção do um cine teatre no Manietpio de Monsembor UII, com base em projectimento Lielantório Tomadu de Preços nº 009/2013,

MOTIVACIO

Biversas tentativas som succeso da Prefeitura Municipal do Monsenbur GU (PI) de inigiar as obras do cina cestro conforma Tomada de Preços nº 009/2013. Combinado a isso, também há a necessidade do iniciar as obras considerando prazo de execução e vigência do convênio.

Diano do esposto, e on referência à proteção do interesso Público, enculase pelo DISTRATO UNILATERAL, e a verificação da conversção do segundo colocado do referido procedimento ifeliatório Tomada do Preços nº 009/2013, e em año neudândo interessados, que sede determinada a réalização de nevo percesso Heintafeio à lux da Lei que reguen as Heintagões públicas, para contranção do limpresa cujo objeto é a construção do um ofno Teatro, noste Município, baja vista a ungância no atenfitmento às demandas da população do Município de Monaenther OH — PL PETOPIA, 28 de maio de 2014.

FRANCISCO PESSOA DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL

NUI Dos Po Um Joito novo

DECRETO Nº 01 de 02 de Janeiro de 2014.

Antorizo o Poder Executivo Municipal

Abrir Cridito Reportal no Orçamento

Programs Vigente no valor de RS

1.183,68 (Um Mil Cente e Oftenta

a Três Reals e Sessents e Olto Conteves).

O Prefeita Municipal de Muriel des Portelas. Estado do Pizul, no uso de suus pribuições legidis e com suporte as Lei nº 4,320 de 17 de Murço de 1964 e Lei Municipal nº 19 de 11 de Outubro de 2013, fiz suber que a Câmuna Municipal de Muriel des Portelas aprovon e ou amejano a seguinto Lei.

Art. 1° - Plea o Poder Executivo autorizado a Abdr Crádito Especial no Organismo Programa Vigente no mortante de IX 1.183,63 (Um Mil Cento e Olteola e Três Resis e Essenta o Olto Centavos), pare arear com despessas absixo discriminadas:

08.134.0030.2041.0000 -- Encargos com o Fundo de Assistência Social

319005 - Outros Benz-Eclus Providenciários do Servidor ou do Militar

005 - Coin Parte do FPM

 $Art.2^n$ - A despess relacionada no artigo anterior será coberta com recursos oriendos do FPM.

Art \mathbb{R}^n – Reggnada es dispusições em contrário, este decreto coltant em vigor, a partir de data de sus assimuma.

Quirinete do Prefeito Municipal de Muriel dos Portelas (PI), 02 de Juneiro de 2014.

Ricardo do Nasolmonro Martina dalas

AND IS A RESERVOR MANAGEMENT



LEIN 1.777, DE 29 DE MAIO DE 2014.

Dispõe acerca da concessão de ajuda de enste para aquisição de siliro solar aos ocupantes do cargo de Agusta da Combate às Endemias do Município de Osiras e dá outras providências.

O Prefetto Minukcipal de Ocires, Estado do Plant, no uso de suas ártituições legali, Paço saber que à Christra Monicipal de Quiras aprovou e en sanciono a seguinte Lei-

Art.1°. Pica o Chefe de Poder Executivo Municipal autorizado a conceder ajuda de custo mensal para equisição de filiro solar sos ocupantes do cargo de Agento de Combate às Endemias de Município de Combate PI, desde que em autorolojo pieno de suas atividades.

Parigrafo Único. O protetor solar o que se refere o caput deste artigo, fará pure dos BPIs (Equipamento de Protesto Individual) fornecidos pelo Município de Celras-Pl sos Agentes de Combato às Endemias.

Art. 2°- A sjuda de custo a que se refere o artigo 1° desta Lei será concedide no valor de R.S 24,50 (vinte e quarto resis e cinquenta contavos) sos ocupantes do cargo de Agento de Combate às Endeniala de Município de Ocina- Pf.

§ 1º Em todos os ossos, a ajuda de custo será concedida desde que cumpridos os requisitos de assiculdado e de produtividade, a sabor:

a) Entando-se por aesiduldade, para efeito da sjuda do custo, a ausência de faltas, justificadas ou
pão, no paríodo de apuração de frequência para fina de folha de pagamento, bem como, o
camprimento fiel do horário estabelecido de trabalho;

 b) Entendo-se por produtividade, para efeito da sjuda de custo, o cumprimento mensal das metas estabolecidas pelos responsáveis, para cada servidor.

§ 2º O valor de sjuda de custo paga com base nesta Lei, não se incorporará à remuneração dos compantes de cargo de Agente de Combate às Endemias contemplados, e nem poderá ser utilizade como base de cálculo de quaisquer parcelas.

Art. 3° A ajuda de ousto, a que se refere o artigel le desta Lei, não contemplant os ocupantes do, cargo de Agento de Combate la Endemias em gozo de Afrias on em licença de qualquer natureza on remanejado da fupção.

Art. 4º. Rica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover a correção amual, pelo INPC (indice Nacional de Preço ao Consumidor) do valor concedido a título de ajuda de custo pera aquisição de filtre solar, quando houverireajuste dos formais servidores.

Art. 5- O pagamento será feito tomando por base relatório amitido palos Supervisores das equipes com a anuência do (a) Secretário (a) Municipal de Saúde.

Art. 6°- A gluda de custo de que trata a artigo 1º desta Lel, em relação ses Agentos de Combute às Endemias, cessará de imadiato, em cuso de interrupção do repasse dos incentivos financeiros polo Governo Federal.

Art. 7º- As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conte do repasse do incantivo financeiro do Ministério da Saúde para custoio à implantação de Agentes de Combate às Endeniles.

Art. 8º- Esta lei entra em vigor na data de sun publicação, com efeitos retreativos para o dia 01 do janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete de Prefeitura Municipal de Oeiras-PI, 29 de Maio de 2014.

Lukano Araŭjo Gosta dos Rels Sá Prefejio Kiunicipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Josef Raimundo de Sá Lopes
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Numerada, registrada e publicada a presente Lei, no Mural da Prefeitura Municipal. de Oeiras, aos vinta e nove da maio da dois mil e quatorza.

> Raimundo Nonato Cassisno Chefe de Gabinete

Diário Oficial dos Municípios A prova documental dos atos municipais